

Documentação
Acrítica
28-29/11/99 C4-C5
Sotere Maué
290

RESGATE CULTURAL

Saterés querem se manter vivos

A PRINCIPAL ARMA USADA NA BATALHA PELA SOBREVIVÊNCIA DA NAÇÃO INDÍGENA TEM SIDO O ENSINO DA LÍNGUA NATIVA ÀS CRIANÇAS. É COM ELA QUE SE ESPERA RECUPERAR A CULTURA E TRADIÇÃO DO POVO

ANA CÉLIA OSSAME
E LÚCIA CARLA GAMA

BARRERINHA, AM — Uma revolução silenciosa está sendo promovida pelos povos da floresta no interior da Amazônia. Quase 500 anos depois do Descobrimento do Brasil, nações indígenas que, por algum tempo, tiveram ameaçadas a própria sobrevivência graças à ação dos conquistadores brancos, usam armas triviais como lápis, cadernos e livros para mudar o sistema de ensino secular, indiferentes à realidade das aldeias. Eles ensinam a língua nativa às crianças e assim promovem o resgate da cultura, tradição e conhecimentos indígenas.

Num País formado por várias raças, pelo menos 30 povos estão mostrando que a educação indígena não pode mais ser resumida ao "á-bê-cê" da língua portuguesa, prática que vem sendo incentivada ao longo dos séculos. Mas ao contrário, tem que ser diferenciada, respeitando-se a diversidade cultural de cada povo.

Uma dessas nações é a sateré-maú, habitante dos rios Andirá e Marau, no Amazonas e no Pará. No Andirá, localizado no Município de Barreirinha (a 328 quilômetros de Manaus), este povo ocupa 32 aldeias.

Os resultados da educação diferenciada são práticos. Na aldeia Umirituba, onde chega-se após cinco horas de viagem numa voadeira com motor de 40HP, sendo da sede de Parintins (a 325 quilômetros de Manaus), crianças como a menina Lidiane Miquiles, 10, ensinam uma nova fase para a vida no local. Neta do tuxaua sateré, José Miquiles, Lidiane cursa a 2ª série na sala de aula instalada numa casa coberta de palha, cuja disposição dos bancos é semelhante a da "escola dos brancos". Mas as semelhanças param por aí.

Ela pode estudar a lição de casa debaixo de árvores, enquanto vai de canoa passar ou quando acompanha a mãe na lavagem da roupa, às margens das águas negras do rio Andirá. "Gosto de estudar", diz ela. Lidiane mistura, às vezes, as línguas sateré e portuguesa nas respostas que dá. E não se demora em desenhá-las e pintar animais como macaco, cutia, tatu ou preguiceira que agora, graças à escola, não conhece apenas superficialmente, por um dia já tê-lo visto na aldeia, mas por estudar o tipo de vida, a biologia e alimentação deles. Tudo ensinado nas cartilhas sateré-maú.

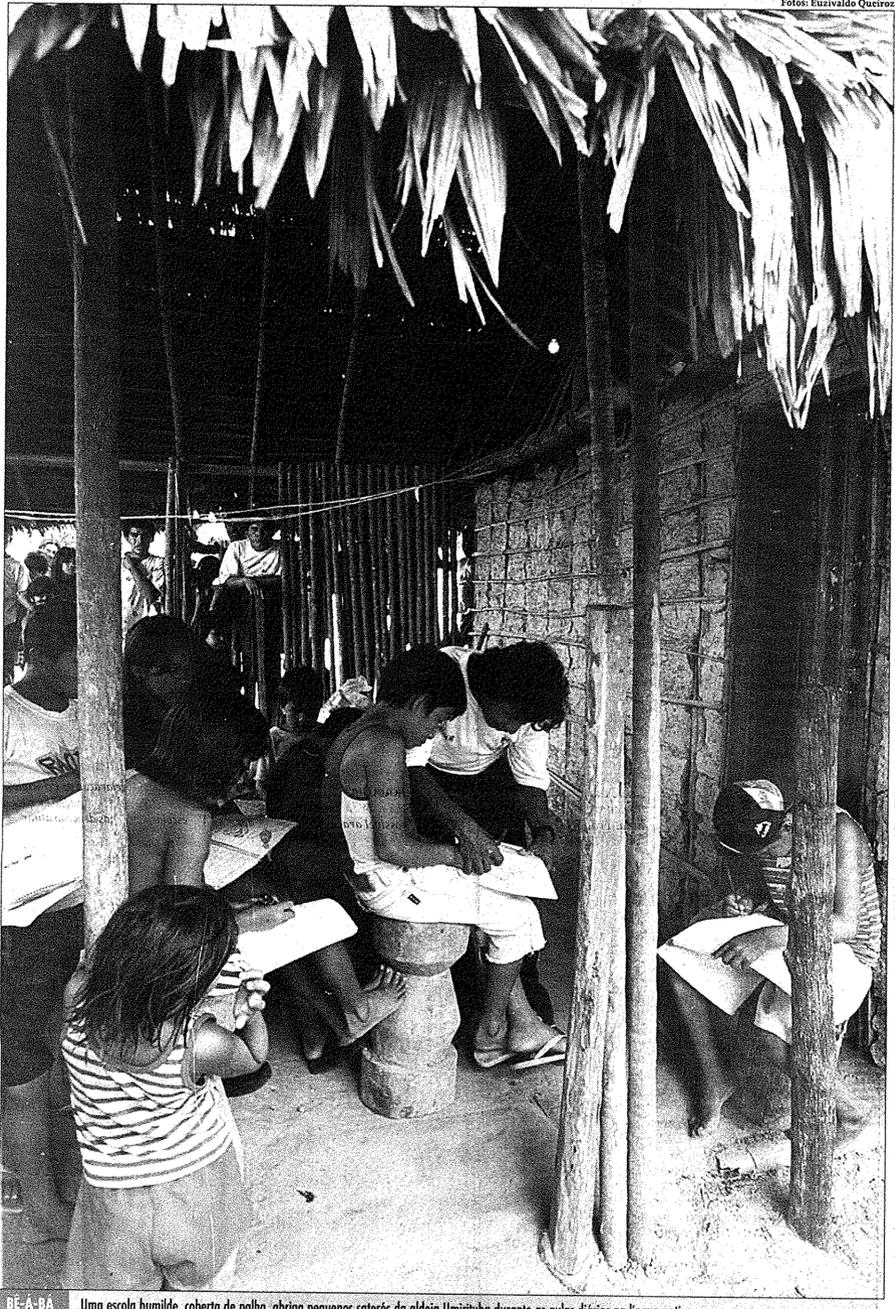
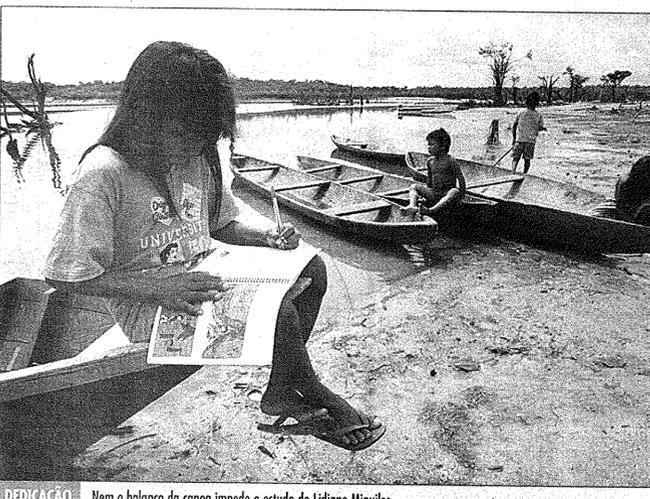


Foto: Euzivaldo Queiroz

BE-A-BA Uma escola humilde, coberta de palha, abriga pequenos saterés da aldeia Umirituba durante as aulas diárias na língua nativa



DEDICAÇÃO Nem o balanço da canoa impede o estudo de Lidiane Miquiles

EDUCAÇÃO INDÍGENA

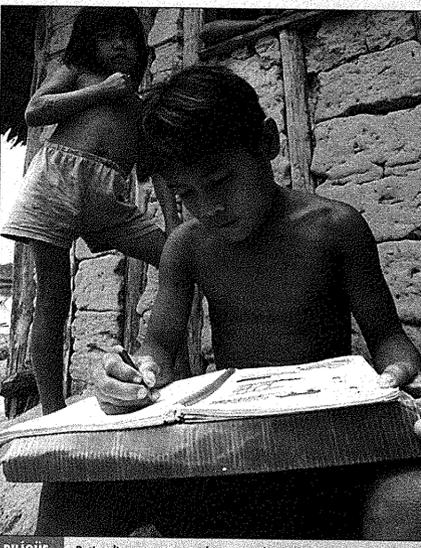
Índios lutam contra a fome

Na virada do milênio, nada poderia ser mais promissor para os saterés do que investir na educação diferenciada. Sem tradição em plantar alimentos diversificados além da mandioca e batata, eles enfrentam dificuldades com alimentação. Dada a pesca predatória, há uma redução do volume de peixes no rio Andirá e de animais na floresta. Com isso, muitas vezes passam fome.

Na escola sateré, alunos como Dativo Oliveira, 11, da aldeia de Molongotuba, carregam com orgulho a cartilha "Mowe'eghap", onde estão registrados os escritos - na língua sateré, do tronco tupy - e desenhos de situações do cotidiano das aldeias falando de peixes, aves, árvores e animais.

A língua, Dativo aprendeu a falar com os pais, e depois de ter entrado na escola, há quatro anos, aprendeu a escrevê-la. Além disso, ele tem aprendido também a "língua dos brancos". "Quero saber cada vez mais para ajudar meu povo", afirma ele, sem esconder a vaidade de poder expressar-se tanto na língua sateré quanto na portuguesa.

Dativo usa com a mesma habilidade a vara de pescar e o lápis. "A escola, em nenhum momento, altera a rotina da aldeia, mas se adequa às necessidades dos alunos. "Na hora de pescar, vou pescar, na hora de estudar vou para a aula", explica. Quando é tempo de colheita, ele também troca o



BILÍNGUE Dativo diz que quer aprender para poder ajudar seu povo

banco escolar pelo roçado. Isso faz diferença porque a escola sateré é aliada dele. O calendário respeita a tradição e costumes do povo que um dia Dativo sonha

representar como cacique. É um sonho que ele não vê a hora de tornar-se realidade. "Tenho que estudar bem porque quero ser líder sateré."

Projeto capacita professor

"Sem língua sateré não somos saterés". A frase, dita num tom emocionado pelo vice-presidente da Organização dos Professores Indígenas Sateré (Opis), Gecinaldo Cabral, 25, reflete a importância do processo educacional na vida dos índios desta tribo. "Somos bilíngues e graças a isso capazes de nos expressarmos para defender nosso povo", completa o presidente da Opis, Lico Lopes da Paz, 24. No total, existem mais de 60 professores saterés que dominam as duas línguas e ensinam aos mais de 1,2 mil alunos. Mas há uma década a realidade era outra. "Só tínhamos a língua oral e poucos sabiam se comunicar com os brancos", afirmou Gecinaldo.

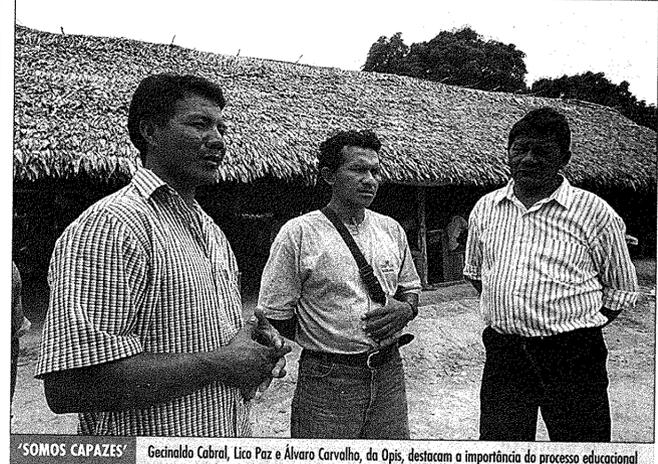
Em 1993, o projeto Pira-Yawara iniciou a capacitação de professores indígenas em nível de ensino fundamental, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc). No mesmo ano, foi elaborado o primeiro livro na língua

PIRA-YAWARA

sateré e depois novos livros foram lançados e incorporados à sala de aula. Tratam de costumes, tradições, arte na fabricação de objetos e utensílios domésticos e de caça, construção de casas, canoas, além de danças e brincadeiras de crianças. Através deles, os índios conhecem as ciências da matemática, história, geografia e física. A organização é o segredo do sucesso do programa educacional sateré. Os professores fazem reuniões periódicas para avaliar a pedagogia do ensino e promovem mudanças, quando necessárias. "Nós temos uma escola diferente, que precisa atender às necessidades de cada aldeia", afirma o presidente da Opis, explicando que dessa forma conseguem a valorização do ensino. Registrar a língua oral nos livros foi um processo demorado, conta Lico da Paz, da Opis, a entidade promotora de encontros como o que aconteceu no início do mês em Barreirinha. A educação indígena tem pilares bem definidos, afirma Lico. Deve ser bilíngue, voltada à cultura de cada povo, fundada nas tradições, conscientizadora, tendo em vista a autodeterminação. Deve trabalhar a defesa dos direitos indígenas, ter metodologia própria e ser avaliada constantemente.

"PORANTIM"

A tradução da língua para a escrita foi possível graças ao interesse dos antigos, que conheciam o "Porantim", cuja tradução na língua sateré é remo, arma, memória. É uma peça de madeira com, aproximadamente, 1,50 metro de altura, com desenhos geométricos gravados em baixo relevo, recobertos com tinta branca, na forma de uma clava ou remo. Possui um leque de atributos, funcionando como legislador social para os saterés, como se tivesse poderes mágicos, uma espécie de bola de cristal capaz de indicar os acontecimentos futuros. Lico compara o "Porantim" a uma bíblia para o seu povo. Um remo mágico que pode conduzi-los, na canoa, para o futuro. Um futuro, diferente do passado não muito distante, quando não havia sinais de esperança, mas somente de dor. A terra dos saterés era invadida por empresas exploradoras de petróleo (ver matéria) e eles dependiam de outros para defendê-los na cidade. Agora, o conhecimento faz a diferença. E que diferença! Com a escola, os saterés recuperaram e resgatam a identidade étnica que os faz reconhecidos com uma nação, com uma língua, uma cultura e uma tradição próprias, dentre os vários que formam o Brasil.



'SOMOS CAPAZES' Gecinaldo Cabral, Lico Paz e Álvaro Carvalho, da Opis, destacam a importância do processo educacional

EM DOCUMENTO

Princípios defendidos

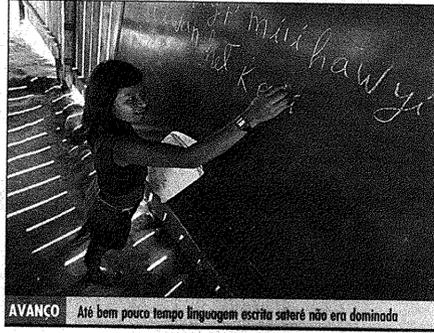
Os professores indígenas, ao longo de dez anos de reflexão firmaram um conjunto de 15 parâmetros que foram consolidados em uma Declaração de Princípios que sintetiza os valores consensuais entre eles, informa o presidente da Opis, Lico Lopes da Paz. Além disso, o documento aponta as condições necessárias para a promoção de transformações efetivas no panorama escolar, precisamente no sentido propagado pelas leis e reflexões acadêmicas recentes.

A primeira versão da Declaração de Princípios é de 1991 e a segunda e definitiva é de 1994. O documento, que traduz os anseios, reivindicações e propostas do movimento foi ratificado por membros da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab) e por uma série de outras organizações indígenas regionais e locais.

Entre os 15 tópicos do documento há uns específicos que tratam de currículos e regimentos e determinam que estes devem ser elaborados pelos professores indígenas juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias. "É de grande importância o envolvimento do índio com o programa para que dê certo, principalmente porque são eles que vão cumprí-lo", disse Lico. A inclusão da saúde nos currículos escolares indígenas, indicando para a promoção da pesquisa da medicina indígena e o uso correto dos medicamentos alopatícos, também consta na Declaração de Princípios, bem como a determinação de que as escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.

"Procuramos, através desse documento, abarcar tudo o que diz respeito não só ao gerenciamento da educação indígena, mas da educação de forma geral e mais, da vida como um todo porque nele tratamos, inclusive, da isonomia salarial entre professores índios e não-índios, o que é uma mostra do cuidado com o ser humano."

No Amazonas, de acordo com o Conselho de Educação Indígena, há cadastradas 537 escolas, 624 professores e 19,7 mil alunos indígenas. É um percentual tão significativo que exige medidas particulares como a criação do papel deste órgão é estabelecer o diálogo e administrar a educação indígena como coisa pública, de interesse do Estado. "Antes, a educação indígena era uma coisa isolada, sem investimentos, mas agora é tratada como assunto de interesse da administração estadual", afirma ele, ao destacar que recursos têm sido investidos na publicação de livros didáticos.



AVANÇO Até bem pouco tempo linguagem escrita sateré não era dominada

Indenização cobrada

Paralelo ao avanço no processo educacional, o povo sateré-maú vive momentos de dificuldade para conseguir alimentação e garantir a qualidade de vida. O rio Andirá está com a pesca esgotada e os animais da floresta não são encontrados em quantidade. "As vezes, precisa andar um dia inteiro para achar um bicho", afirma o tuxaua sateré José Miquiles, 49.

Miquiles mostra-se preocupado com o futuro das aldeias e tenta introduzir a criação de animais como gado. Não sabe se dará certo, mas empenha-se em tentar. Entre as preocupações, tem a de tentar reabrir o processo de indenização contra a empresa francesa Elf Aquitaine. Esta empresa, no início da década de 80, entrou nas terras saterés para pesquisar petróleo, resguardada por um

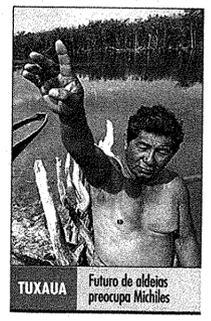
contrato de risco com a Petrobrás. Nunca achou o óleo negro, mas deixou um rastro de destruição pelas explosões de dinamite e a derrubada da mata. Isso teria afetado os animais. Na época, foram abertos mais de 144 quilômetros de picadas e 82 clareiras, segundo o livro "Sateré-Maú: Os filhos do Guarana", da antropóloga Sônia da Silva Lorens, publicado em 1992. O rastro de destruição atingiu também o rio, aponta ele. "O peixe sumiu".

Os saterés ganharam na Justiça, em 21 de agosto de 1984, 150 milhões de cruzeiros dos 320 milhões que cobravam por indenização pelos danos causados. O resultado da aplicação do dinheiro não foram visíveis. Miquiles sonha em reaver o processo. "Eles pagaram pouco pelo estrago que fizeram."

Programa tem apoio

O povo sateré-maú é um dos melhores exemplos para se falar em educação indígena, afirma o antropólogo Ademir Ramos, 43, professor da Universidade do Amazonas (UA) e presidente interno do Conselho Estadual de Educação Indígena, órgão criado há um ano pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc). "Eles têm autonomia para discutir e até contestar o calendário oficial, propõem modelos de ensino para as aldeias que podem ou não ser adotados pela mídia", afirma Ramos.

Os Amazons, de acordo com o Conselho de Educação Indígena, há cadastradas 537 escolas, 624 professores e 19,7 mil alunos indígenas. É um percentual tão significativo que exige medidas particulares como a criação do papel deste órgão é estabelecer o diálogo e administrar a educação indígena como coisa pública, de interesse do Estado. "Antes, a educação indígena era uma coisa isolada, sem investimentos, mas agora é tratada como assunto de interesse da administração estadual", afirma ele, ao destacar que recursos têm sido investidos na publicação de livros didáticos.



TUXAUUA Futuro de aldeias preocupa Miquiles

Ira divina combatida em rituais

O povo indígena sateré-maú ocupa uma área demarcada de 788,52 mil hectares de terras localizadas no meio da selva amazônica, fazendo fronteira como os Municípios amazônicos de Barreirinha, Maués e Parintins, respectivamente a 328, 260 e 325 quilômetros de Manaus, e Aveiro e Jatituba, no Pará.

Mesmo assim, ao longo de quase 400 anos de contato com a sociedade branca, os saterés conseguiram sobreviver enquanto etnia e cultura. Atualmente, habitam a região do rio Andirá, Marau, Urapadi, Mamuru e Jaicurapá.

Por costume, os índios sateré-maú usam inebriantes como o paricá, o sapé e o xamanismo. Eles também fazem ritos e cerimônias de iniciação (festa da Tucandeira e Dança da Mãe-Mãe), rito mágico e Parantim. Estes símbolos ensinam as origens de vida e o destino humano deles, de ligões dos antepassados, as leis, códigos de moral e a fé.

Eles praticam rituais para aplacar a ira divina, com destaque para a figura mística dos pajés, que são os poderes mágicos que têm curam

conflitos regionais (como a Cabanagem, em 1838) e as frentes expansionistas (mineradoras, garimpeiros e madeireiros) causaram a fuga.

Os saterés-maú são tradicionalmente agricultores. E, além da cultura do guaraná - a mais forte entre eles, que são conhecidos como "filhos do guaraná" - desenvolvem, ainda, a da mandioca, milho, cará, laranja e geritum. Também são artesãos por excelência e confeccionam vasos de argila, colares e cocares. A caça e a pesca são prejudicadas em função da enchente e vazante do rio Amazonas.

Geralmente, as aldeias ficam às margens dos rios, com grandes áreas para as reuniões, competições esportivas, rituais e festas. As malocas (casas) são cobertas por palhas das vezes trançadas, o formato é retangular, sem qualquer divisão, com portas nos fundos e na frente.

Fonte: Conselho Geral da Tribo Sateré-Maú (CGTSM)